

patrimonial e o resultado econômico; e (b) decidir se as aprovam ou não e o destino a ser dado a eventuais lucros apurados.

VII – FALECIMENTO E INTERDIÇÃO

7.1 - O falecimento ou interdição de qualquer dos sócios não acarretará na dissolução da sociedade, devendo as quotas do sócio falecido ou interditado serem transmitidas a seus sucessores ou representantes legais.

7.2 - Os sócios que representem a maioria do capital social (incluindo as quotas relativas ao sócio falecido ou interditado) podem optar por liquidar as quotas do sócio retirante e pagar os respectivos haveres a seus sucessores ou representantes, de acordo com o item 9.3 abaixo, mediante o cancelamento ou aquisição das respectivas quotas.

VIII – QUOTAS E LUCROS

8.1 - Todas as quotas são iguais e indivisíveis em relação à sociedade e cada quota confere a seu titular o direito a um voto nas reuniões de sócios, bem como o direito de participar da distribuição dos lucros da sociedade, conforme deliberado pelos sócios em Assembleia.

IX – RETIRADA E EXCLUSÃO DE SÓCIO

9.1 - O sócio que dissente de deliberações relativas a alterações do contrato social, fusão, incorporação de outra sociedade ou por outra sociedade, poderá exercer seu direito de retirada em até 30 (trinta) dias da data da reunião de sócios em que tal deliberação tenha sido tomada, mediante notificação da sociedade. Nesse caso, o sócio retirante deverá oferecer suas quotas ao restante dos sócios, observado o disposto na cláusula XI, na proporção de suas participações no capital social. As quotas do sócio retirante que não sejam adquiridas pelos demais sócios deverão ser absorvidas pela sociedade.

9.2 - Sempre que um ou mais sócios incorrerem em justa causa, de acordo com o art. 1.085 do Código Civil, os sócios que representem a maioria do capital social poderão excluir o sócio faltoso da sociedade, em reunião de sócios especialmente convocados para essa finalidade.

X – PRO LABORE

10.1 A título de *pro labore*, o administrador fará jus a uma retirada mensal, cujos valores serão estipulados pelos sócios de acordo com as possibilidades da sociedade, com observância da legislação pertinente.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo efeito legal.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2014.

Sócios Administradores:


CHARLES ROBSON DE OLIVEIRA E SILVA


BRUNO GONÇALVES LEMOS DE CARVALHO



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5688799 em 25/01/2016 da Empresa CONDUFIBRA DISTRIBUIDORA DE CABOS E CONECTIVIDADE LTDA ME, 31206863034 e protocolo 161308902 - 22/01/2016. Autenticação: E342A58DA32156F3FC762BDC4FF2884FD4CA95E. Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 16/130.890-2 e o código de segurança FSi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/01/2016 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.




MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL